

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 5.814, DE 2005

Permite o parcelamento excepcional de débitos das micro e pequenas empresas para com a Secretaria da Receita do Brasil relativos a contribuições destinadas ao custeio do Regime Geral de Previdência Social com competências anteriores a julho de 1995.

Autor: Deputado IVO JOSÉ

Relator: Deputado NAZARENO FONTELES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.814, de 2005, de autoria do ilustre Deputado Ivo José, permite, excepcionalmente, o parcelamento dos débitos de micro e pequenas empresas junto à Secretaria da Receita do Brasil, relativos a contribuições destinadas a financiar o Regime Geral de Previdência Social com competências anteriores a 1º de julho de 2005 – sendo necessário corrigir a data que consta na ementa –, incluídos ou não em notificação, em até quarenta e oito parcelas mensais.

Para efeito da apuração do débito, não serão aplicadas multas previstas na legislação de regência e juros de mora. Sobre o valor de cada prestação mensal decorrente do parcelamento serão acrescidos, por ocasião do pagamento, juros equivalentes à Taxa Referencial – TR, calculados a partir do 1º dia do mês da concessão do parcelamento até o mês anterior ao do pagamento, em substituição à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC. O deferimento do parcelamento pela

Secretaria da Receita do Brasil fica condicionado ao pagamento da primeira parcela.

A proposição foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo sido aprovada na primeira Comissão de mérito.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 5.814, de 2005, institui, em caráter excepcional, um regime diferenciado de parcelamento de contribuições sociais em atraso, destinado às micro e pequenas empresas.

As contribuições consideradas são aquelas direcionadas ao financiamento do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, atualmente arrecadadas pela Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, e não pela Secretaria da Receita do Brasil, órgão que se pretendia instituir a partir da fusão das Secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária, por meio da Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005, que perdeu eficácia a partir de 18 de novembro do mesmo ano.

A falta de condições favoráveis ao pagamento dos débitos faz com que a Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS apresente um total geral superior a R\$ 55 bilhões, a valores de 2003, sendo que apenas os trezentos maiores devedores respondiam por mais de R\$ 15 bilhões desse montante.

Além de prejudicar o fluxo de caixa do INSS, o não recolhimento das contribuições para a Seguridade Social prejudica as empresas devedoras, pois estas ficam impedidas de contratar com o Poder Público e dele receber benefícios ou incentivos, sejam fiscais ou creditícios, conforme dispõe a Constituição Federal, em seu art. 195, § 3º.

Consideramos, portanto, meritória, a proposição ora em apreciação por criar regras mais favoráveis à satisfação de parcela expressiva desses créditos, além de incentivar os maiores empregadores de nossa economia, que são as micro e pequenas empresas. Julgamos, no entanto, necessária a substituição da expressão “Receita do Brasil” por “Receita Previdenciária”, pelos motivos já apresentados, razão pela qual apresentamos, em anexo, um Substitutivo.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.814, de 2005, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado NAZARENO FONTELES
Relator

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.814, DE 2005

Dispõe sobre parcelamento de contribuições sociais de microempresas e empresas de pequeno porte, anteriores à competência julho de 2005.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os débitos das microempresas e empresas de pequeno porte junto à Secretaria da Receita Previdenciária, relativos a contribuições destinadas a financiar o Regime Geral de Previdência Social, anteriores à competência julho de 2005, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificados e confessados, ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até quarenta e oito parcelas mensais.

§ 1º Para efeito de apuração do débito, não serão aplicadas multas previstas na legislação de regência nem juros de mora.

§ 2º Em substituição aos juros previstos no § 6º do art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, serão aplicados, sobre o valor de cada prestação mensal decorrente do parcelamento, juros equivalentes à Taxa Referencial – TR de que trata a Lei nº 8.660, de 28 de maio de 1993, calculados a partir do primeiro dia do mês da concessão do parcelamento até o mês anterior ao do pagamento.

§ 3º O deferimento do parcelamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS fica condicionado ao pagamento da primeira parcela.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2006.

Deputado NAZARENO FONTELES
Relator